

Sócio-Política Dos Usos Da Cultura: Uma Proposta Teórico- Metodológica de análise das políticas culturais

MATTOS, Fabrício Santos de

Jornalista, graduado em Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA),
mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Faculdade Estácio do Pará, Belém, PA

Resumo

A pesquisa busca compreender os processos sociais e comunicacionais existentes nas políticas culturais contemporâneas a partir da análise do Programa Cultura Viva. Apresenta-se uma proposta teórico-metodológica para análise e interpretação do PCV, compreendendo-o na relação que envolve o Estado e os movimentos socioculturais, em dois níveis de articulação: pela política vinculada às vivências dos movimentos socioculturais, e pela política organizadas a partir do Estado, em sua estrutura Federal. Conclui-se que o PCV deve ser interpretado como um sistema político-cultural, que opera em relação direta entre as duas compreensões de política cultural. Assim, as políticas culturais podem ter uma atuação mais ampla do que a idéia de democratização da cultura, atuando na construção de espaços públicos e comunicacionais apropriados e vivenciados pelos agentes culturais, comunidades e pela sociedade como um todo, como elementos constituintes da própria concepção de democracia.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Políticas de Cultura; Estado; Movimentos socioculturais; comunicação.

O Programa Cultura Viva na reorganização dos valores culturais

O Programa Cultura Viva é uma política cultural que foi concebida como uma das principais propostas de inclusão social *na* cultura e *pela* cultura. No primeiro sentido, a cultura é mobilizada para a compreensão e ampliação do cânone cultural brasileiro, realizada em termos de reconhecimento e visibilidade, por parte do Estado e de seus diferentes níveis de governo. No segundo sentido, a cultura aparece como um recurso possível às formas de geração de emprego e renda, através da ativação de cadeias produtivas da cultura a partir das realidades de seu local de produção.

Em termos amplos, o Programa Cultura Viva trata de uma política pública de cultura¹ construída como um jogo que envolve a descendência e a ascendência (no

¹ O conceito de política cultural aqui referido aponta para a definição proposta por Néstor García-Canclini: “Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo

âmbito das relações de poder), e a aproximação e o distanciamento (no âmbito da perspectiva de desenvolvimento), e opera como uma articulação entre o Estado e organizações da sociedade civil, buscando uma mediação na ação cultural, a partir do local em que acontece.

A política opera por um lado reafirmando o Estado como agente de co-organização do espaço social e, de outro, os movimentos socioculturais, atuantes em territórios locais, identificados como Pontos de Cultura, aplicam as diretrizes da política no seu espaço específico de atuação, buscando a formação, produção e difusão cultural e artística. Os graus de aproximação entre Estado e organizações da sociedade civil, costuram os desdobramentos posteriores desta política. Segundo os documentos do Ministério, o Programa Cultura Viva, em linhas gerais, é concebido como

uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social. (MINC, 2005, p.115)

Esta política cultural está conformada pela estratégia mais ampla do Ministério da Cultura, que tem como objetivo o desenvolvimento do campo cultural, que apresenta como princípio (ou valor) uma noção de cultura como dimensão simbólica, estimulando a criação e produção cultural, concebendo a cultura em sua dimensão ampliada.

Os resultados esperados (tanto intermediários quanto finais) dão vazão a uma perspectiva ligada aos valores mobilizados pelo PCV, entre os quais estão: a ampliação do acesso, autonomia dos movimentos, inclusão e promoção social, socialização pela cultura, fortalecimento e valorização culturais são alguns exemplos. Os impactos esperados indicam a preocupação em construir elementos fundantes para uma nova cultura política, potencializada pelas políticas culturais.

Dinamização, renovação e fortalecimento da cultura brasileira; Protagonismo e emancipação sociocultural de grupos e comunidades; Consolidação da política pública que reconheça o protagonismo da sociedade brasileira; Materialização de uma ação comunicativa de encontro de mundos e visões. (MINC, 2010)

de orden o de transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad.” (GARCÍA-CANCLINI, 2005, p.78). Esta noção mais abrangente de políticas culturais compreende tanto os agenciamentos feitos pelos movimentos sociais e culturais quanto às políticas estatais de cultura, assim como os acionados pela dinâmica dos mercados. No conceito proposto por García-Canclini, o autor advoga também o envolvimento de atores sociais individuais e coletivos, compreendendo as políticas culturais não apenas no âmbito estatal, mas também em seu âmbito de ação pública, buscando objetivos politicamente relevantes.

O “encontro entre visões de mundo” (a interculturalidade, encontro entre os diferentes, e não apenas entre os pares identitários) é um dos elementos que proporcionam densidade e complexidade às culturas, através de seus conflitos e negociações, necessárias a uma política (não apenas cultural) de caráter democrático.

Portanto, o PCV busca configurar-se como uma estratégia político-cultural, como uma “filosofia política” própria. Ao se propor como um mecanismo de emancipação social, o PCV conforma um projeto político, por buscar também a produção de matrizes culturais mais amplas, como os conceitos de cidadania e democracia, a partir da sociabilidade proporcionada pelas dinâmicas e práticas culturais que busca incentivar. Como explica Evelina Dagnino,

a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. Assim, por exemplo, determinadas versões das noções que destacamos aqui como temas principais da confluência perversa – sociedade civil, participação e cidadania – ao mesmo tempo encontram raízes e produzem ecos na lenta emergência de uma cultura mais igualitária que confronta as várias dimensões do autoritarismo social da sociedade brasileira. Outras reiteram sob novas roupagens as visões de uma democracia elitista e restrita que têm caracterizado o projeto dominante nestas últimas décadas. (DAGNINO, 2005, p.49)

O constante movimento do PCV pode ser compreendido ao analisarmos editais mais recentes ligados ao programa, e ações específicas do Ministério que têm avançado no sentido da construção de um circuito de trocas culturais para os Pontos de Cultura. Estas ampliam não somente as questões relacionadas à economia e à assistência social, mas mobilizam e envolvem agentes culturais diversos, ativados por processos políticos e de fruição cultural, buscando uma maior sustentabilidade ao sistema, principalmente no que tange à formação de agentes culturais², tendo com eixo de sustentação o reconhecimento da dimensão cultural da experiência vivida.

Os Pontos de Cultura: ação prioritária

O Ponto de cultura é considerado a ação prioritária e estruturante do Programa Cultura Viva. Trata-se do núcleo articulador das demais ações do Programa, sendo a

² Estamos falando de editais mais recentes, como o Prêmio Interações Estéticas-Residências Artísticas em Pontos de Cultura ou as Bolsas de Intercâmbio Cultura Ponto-a-Ponto (MINC, 2009), em que o Programa busca desenvolver as trocas culturais, envolvendo outros Pontos de Cultura.

ação com característica de centralidade da política cultural. Nesse sentido, o Ministério da Cultura define os Pontos de Cultura como uma ação articuladora da rede. Os PCs são

a ação prioritária do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. (MINC, 2005, p. 116)

Em termos gerais, é possível afirmar que os Pontos de Cultura são iniciativas públicas ou privadas, sem fins lucrativos, selecionadas por meio de edital público ou seleção direta. Essa seleção está baseada no reconhecimento, por parte do Ministério da Cultura do Brasil, através de aprovação e firmamento de um convênio, das ações e mobilizações culturais desenvolvidas por essas entidades em seus locais de atuação. Nos PCs se desenvolvem atividades de formação, produção e difusão na área cultural junto à comunidade local.

Os PCs são unidades ao mesmo tempo institucionais e organizacionais que atuam como mediadoras no processo de criação, produção, disseminação e vivência relacionada ao campo da cultura e de diversas linguagens artísticas. Nos Pontos, as organizações e movimento socioculturais atuam em parceria com as unidades de governo do Estado brasileiro (primeiramente em sua estrutura Federal). Foram lançados, nacionalmente, três editais: um em 2004, outro em 2005, e o último em 2007³.

Trata-se aqui de uma idéia de articulação político-cultural (ou, mais propriamente, da criação e desenvolvimento de um tipo de mediação cultural⁴) pautada no reconhecimento da legitimidade das ações, dos movimentos e agentes sócio-culturais, como os conhecedores, organizadores e acionadores de demandas e responsabilidades das comunidades locais, elaborados a partir de um conceito de *desenvolvimento aproximal* que significa

que o desenvolvimento seja desencadeado pela aproximação, pelo contato com a realidade a partir de experiências vivenciadas e comparadas. Em nosso caso, nem dirigismo de Estado, nem imposições de mercado, mas aproximação entre equivalentes; entre o povo, que produz, cria e transforma a

³ Segundo o MinC, “Com o Edital Público de Divulgação criamos um instrumento de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade, pelo qual, gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e de aprendizado mútuos, e estes, apresentam suas propostas a partir de suas realidades e necessidades.” (*Id. Ibid.*, p. 123)

⁴ O Ponto de Cultura atua, portanto “como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si”. (*op.cit.*, p. 116)

cultura. O papel da coordenação, neste caso, será o de facilitador desta aproximação e o dos Pontos de Cultura, o de mediador. (*Id. Ibid.*, p. 128)

É neste sentido que atua o agenciamento estatal, como o reconhecimento desse espaço privilegiado da representação político-cultural. É preciso compreender, portanto, que a política dos Pontos de Cultura não atua com objetivo de construir estruturas físicas (como museus, teatros, ou centros culturais, por exemplo), criadas e/ou desenvolvida *a priori* pelo Estado para fomentar ações culturais, como tradicionalmente percebe-se nas ações e formulações dessas políticas públicas.

O Ponto de Cultura não é um espaço cultural feito pelo governo para as comunidades. Pelo contrário: são ações desenvolvidas pela comunidade que ganham o reconhecimento do Estado e passam a receber aporte de recursos para aplicar conforme o plano de trabalho composto por eles. (TURINO, 2005, p. 135).

Ao reconhecer a legitimidade sócio-cultural dessas ações, através da assinatura do convênio, o poder público pode identificar “quem”, “o quê” e “em que condições” uma instituição ou organização atua produzindo cultura em determinada sociedade (ou “comunidade”, como é freqüentemente remetido nos textos e falas oficiais).

O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo. (MINC, 2005, p.116)

Em muitas localidades, o próprio Ponto de Cultura funciona como o principal (ou único) equipamento cultural. Sendo assim, com consentimento e adesão voluntária das organizações e movimentos sócio-culturais, pela inscrição no respectivo edital, abre-se a possibilidade de ambos - Estado e movimentos – atuarem nos contextos locais das relações de poder.

Portanto, estamos tratando de um reconhecimento que tem dimensões simbólicas e também vínculos estruturais, em que no decorrer dessa política, ambos os agentes (Estado e movimentos) se modificam. A potencialização das ações se baseia no conceito de gestão compartilhada e transformadora, em que essas articulações pautam o desenvolvimento aproximal, mudando a relação entre Estado e sociedade, organizando uma dinâmica de experimentação social, no que tange às políticas públicas de cultura.

O Programa Cultura Viva procura apresentar uma abordagem de gestão que leve em conta os “pequenos” e localizados contextos sociais, ajudando a repensar os programas de políticas públicas que tendem a definir contextos preestabelecidos, fixos e de tendências anacrônicas. Um resultado correlato do programa é a experimentação de um processo que visa transformar o papel do Estado e de suas políticas públicas, quando este, paulatinamente, deixa de

ser um controlador dos processos sociais para tornar-se um facilitador das demandas da sociedade civil. (*id., ibid.*, p. 130)

O Governo Federal entra com o recurso financeiro (de até 180 mil reais, distribuídos em cinco parcelas semestrais ao longo de até três anos), buscando responder a uma demanda de redução de desigualdades sociais (que se conforma como o público prioritário) e a organização entra com sua legitimidade própria e com a formulação da ação cultural conseqüente para sua localidade.

A idéia de ativação ou “potencialização das ações já existentes” (*id., ibid.*, p.137) e de fazer uma “acupuntura social que vai direto aos pontos” (*id., ibid.*, p.137) encontram-se aqui, nas interfaces promovidas pelos Pontos de Cultura, entre a sociedade abrangente, suas atuações locais (comunidade) e o poder público.

Nesse sentido, delinea-se um tipo de agenciamento cultural que se concentra numa outra instância, que não a de formulação e disseminação de conteúdos pelos dirigentes. Temos a construção de mecanismos e/ou processos articuladores entre os espaços públicos e os esforços cotidianos, baseados no acesso aos equipamentos de produção, de formação, de organização da cultura, notadamente vinculado aos movimentos e a populações de baixa renda.

A sócio-política dos usos da cultura no âmbito do Programa Cultura Viva

Para compreender a complexidade e a diversidade apresentada no Programa Cultura Viva e dos usos da cultura que são realizados a partir das concepções de políticas culturais locais, é necessário construir uma análise que vá além da perspectiva antropológica da cultura, e busque compreender suas relações quando propagadas no entorno social. Com aponta Rubens Bayardo, o conceito apontado pela UNESCO é vago e arriscado de ser utilizado diretamente, sem explicações. “Mesmo quando nos ocupamos dele, cabe assinalar a imprecisão e a falta de detalhes aglutinados por esta ‘perspectiva antropológica’, e os problemas não resolvidos na adoção da mesma sem maiores esclarecimentos.” (BAYARDO, 2007, p. 69. Tradução nossa)⁵.

Buscando compreender o conceito de cultura a partir de uma perspectiva não tautológica e sim operacional, optamos pela distinção conceitual proposta por Robin

⁵ No original: “Aun cuando no nos ocupemos de ello, cabe señalar la vaguedad y la falta de precisiones aglutinadas tras esta ‘perspectiva antropológica’, y los problemas irresueltos em la adopción de la misma sin mayores aclaraciones” (BAYARDO, 2007, p. 69)

Vincent (2005), que aponta que a cultura possui quatro aspectos de uso, em sua relação com o desenvolvimento, ou seja, como recurso para a ação social:

A cultura como contexto: o ambiente social mais vasto e como cenário; a cultura como conteúdo: as práticas culturais locais, crenças e processos; a cultura método: como culturais e criativas atividades de comunicação (teatro, música popular, dança, mídia visual, símbolos); a cultura como expressão: elementos criativos da cultura vinculados às crenças, atitudes e emoções, formas de se engajar no mundo e imaginar o futuro. (VINCENT, 2005, p. 2, Tradução nossa)⁶

Aos quatro *modus operandi* de usos da cultura elencados por Robin Vincent (2005) é possível e crível, no estudo de caso do Programa Cultura Viva, elencar mais um: a cultura como *política*, ou seja, sua ação voltada para a construção de valores e vinculada aos objetivos políticos e culturais subjacentes à política cultural do estado em consonância com as políticas de cultura dos movimentos.

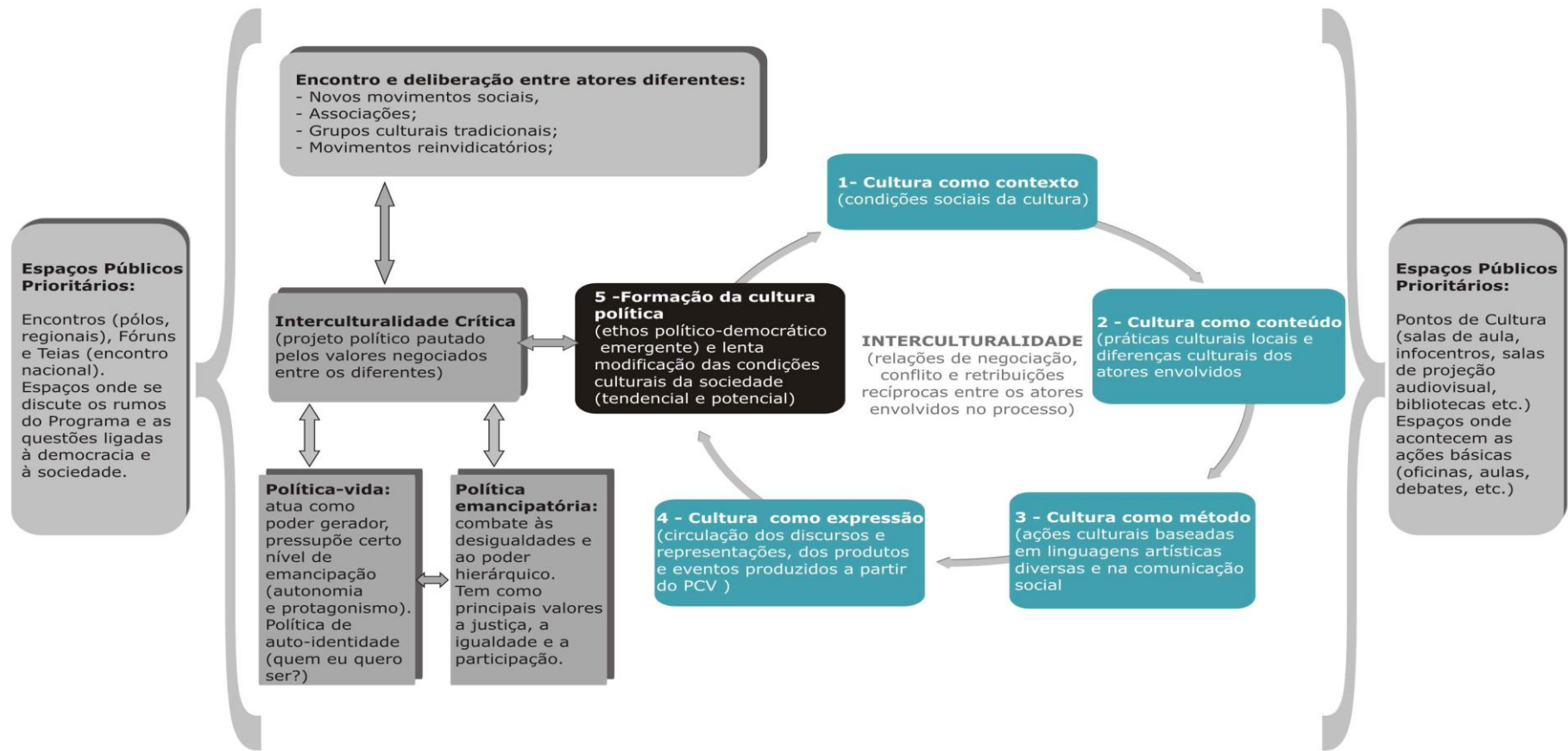
A cultura – quando compreendida também como instrumento de intervenção social, voltada para a construção de políticas culturais e objetivando uma determinada visão de desenvolvimento – pode conter todas estas dimensões elencadas.

Todos estes usos da cultura se dão, na maioria das vezes, de maneira implícita e ambígua, mas esta é uma característica própria da política que envolve o campo cultural e suas práticas inerentes. Na figura a seguir, são elencados os elementos que compõe a sócio-política dos usos da cultura no âmbito do Programa Cultura Viva, ou seja, seu modo de movimento, sua dinâmica estruturante, ou seu *modus operandi* específico.

⁶ No original: “Culture as context: the wider social environment and setting; Culture as content: local cultural practices, beliefs and processes; Culture as method – cultural and creative communication activities (popular theatre, music, dance, visual media, symbols); Culture as expression – creative elements of culture linked to beliefs, attitudes and emotions, ways of engaging the world and imagining the future” (VINCENT, 2005, p. 2)

FIGURA 1 : SÓCIO-POLÍTICA DOS USOS DA CULTURA NO PROGRAMA CULTURA VIVA

Sócio-Política dos usos da cultura no Programa Cultura Viva



Elaboração do autor com base na pesquisa.



Esta sociopolítica dos usos da cultura no âmbito do Programa Cultura Viva representa o seu movimento constituinte, as imbricações produtivas entre políticas culturais e políticas de cultura. Mas o que significam estas relações? Estas relações são intrínsecas e complexas e se direcionam como um *processo* (uma dinâmica social descontínua, desigual e disjuntiva), mas que conformam (segundo sustentamos), o núcleo duro do Programa Cultura Viva.

O primeiro momento é o das condições sociais da cultura, ou da cultura como contexto, que seria exatamente o âmbito do qual partem as ações, sejam elas locais, estaduais, regionais nacionais ou internacionais. Para modificar as condições sociais da cultura, é que são elaboradas e implementadas as ações do Programa Cultura Viva.

O segundo momento é a cultura como conteúdo, ou seja, este segundo momento é formado pelas práticas culturais locais e vêm imiscuídas das diferenças culturais que cada agente carrega ao participar do Programa Cultura Viva, seja como oficinairo, educador, seja como público participante. O espaço público privilegiado deste momento é exatamente o Ponto de Cultura, local onde acontecem as atividades. Assim, a mediação cultural proposta na dinâmica do Programa Cultura Viva não é apenas “cultural”, ela é também *política*, pois está vinculada a diferentes espaços de criação de sentidos e valores, e mesmo na multiplicação destes espaços, ou seja

A história do espaço público é a história do espaço da criação dos sentidos. A noção do que vem a ser o espaço público se reconfigura à medida que os sentidos também se recriam, sofrem revalorizações, permutam-se e amalgamam-se. (RESENDE, 2005, p. 129)

O terceiro é exatamente o momento em que se utiliza os saberes e fazeres do campo cultural como método de ensino e formação, constituída pelos fazeres artísticos e do campo comunicacional, notadamente o audiovisual. Os Pontos de Cultura também são utilizados como espaço neste momento, mas não apenas eles, aparatos institucionais (como secretarias de cultura, imóveis cedidos pelos governos etc.) Nesse sentido artístico ou cultural, a cultura aparece com um tom ‘leve’ e lúdico, que proporciona o encantamento, a “magia” (ou encantamento) que faz com que os jogadores “esqueçam” dos jogos que estão jogando pela ludicidade própria ao campo cultural.

O quarto momento é o momento de circulação. Ele é um momento onde discursos, práticas e produtos circulam no âmbito social mais amplo. Este momento também é um momento de lutas e disputas pela circulação. De um lado, o campo cultural no Brasil apresenta-se como problemático no que tange à circulação desses



produtos e eventos, pois geralmente este âmbito está restrito a empresas e artistas consagrados que veiculam seus produtos culturais. Por outro lado, este momento (a cultura como expressão) proporciona também a circulação de discursos e representações, nem todas elas “aceitas” de bom grado pela sociedade brasileira. Neste momento se desenvolve também uma luta pela circulação.

Não é tanto na produção de sentido e sim em sua circulação onde se jogam projetos de vida, autoafirmação de identidades, estéticas e valores. No campo da circulação hoje em dia se desenrola uma luta tenaz, molecular e reticular por apropriar-se de espaços comunicativos para pleitear demandas, direitos, visões de mundo e sensibilidades. Na circulação, muito mais do que na produção, a cultura se faz política. E na nova fase de globalização, dita circulação se multiplica exponencialmente, rebaixa as fronteiras espaciais e os limites do tempo: as mensagens circulam globalmente em tempo real. (HOPENHAYN, 2001, p. 24. Tradução nossa)⁷

A circulação é uma forma também de participar deste momento em que a cultura é reinterpretada e valorada, afirmando quem são, se dizendo, afirmando suas vozes. É o início da politização da cultura, na afirmação dessa existência. Esta circulação acontece através dos meios de comunicação de massa (Rádio, TV, jornais e revistas), mas principalmente pela internet, tanto pela gratuidade (com o uso de software livres) quanto pela facilidade de veicular conteúdo. Os atores e organizações que fazem parte do Programa Cultura Viva utilizam muito a cultura digital para a circulação de conteúdos.

O quinto momento de usos da cultura seria o momento exatamente definido como político, o momento em que são discutidas as condições culturais da sociedade. Este momento tem suas fronteiras mais delimitadas por espaços públicos de encontro elaborados propriamente para este fim: Teias, fóruns, encontros regionais e locais. Nestes momentos, analisam-se as condições sociais em que acontece a cultura, ou seja, o contexto social mais amplo, e reelaboram-se as condições culturais da sociedade, ou seja, os valores pelos quais a cultura deve (ou deveria) intervir.

A contribuição do ativismo dos movimentos socioculturais, muito presentes na figura institucional dos Pontões de Cultura (mas não apenas), está exatamente em contribuir para a discussão necessária entre a política emancipatória e a política-vida, e na criação (ou potencialização) desses novos espaços públicos de convivência

⁷ No original: “No es tanto en la producción de sentido sino en su *circulación* donde se juegan proyectos de vida, autoafirmación de identidades, estéticas y valores. En el campo de la circulación hoy día se desarrolla una lucha tenaz, molecular y reticular por apropiarse de espacios comunicativos a fin de plantear demandas, derechos, visiones de mundo y sensibilidades. En la circulación, mucho más que en la producción, la cultura deviene política. Y en la nueva fase de la globalización, dicha circulación se multiplica exponencialmente, rebasa las fronteras espaciales y los límites en el tiempo: los mensajes circulan globalmente a tiempo real.” (HOPENHAYN, 2001, p. 24)



(construídos a partir dos pontos de cultura e dos encontros e teias regionais e nacionais), em que os problemas e a dinâmica da cidadania são pautados, debatidos e negociados. Nestes espaços acontece (mas não apenas neles) um novo tipo de interculturalidade, uma interculturalidade que evidencia um projeto político, uma interculturalidade crítica

A interculturalidade crítica (...) é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. (...), é um projeto de existência, de vida. (WALSH, 2007, p. 8)

A interculturalidade crítica é conformadora de um processo político de pergunta e ação sobre o âmbito da democracia e da própria democratização da sociedade, em que se discute que tipo de democracia se deseja e que sociedade se quer viver. Nestes espaços públicos, propiciados pelo Programa Cultura Viva, e construído pelos movimentos, vários atores diferentes se encontram para construir coletivamente diretrizes comuns (movimentos reivindicatórios, associações, grupos culturais tradicionais, novos movimentos sociais, entre outros). São estas diretrizes que afetam no significado da democracia, construindo (potencialmente e tendencialmente) um *ethos* democrático.

O que é uma “sociedade democrática”? É uma sociedade pacificada e harmoniosa onde as divergências básicas foram superadas e onde se estabeleceu um consenso imposto a partir de uma interpretação única dos valores comuns? Ou é uma sociedade com uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há uma possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos? (MOUFFE, 2003, p. 11)

É a partir desse movimento sócio-político que existe no Programa Cultura Viva que a cultura *tende* a se politizar, marcando o retorno às condições sociais da cultura (último momento) com a ampliação do espectro da rede, a partir das contribuições que os diferentes dão ao Programa.

A ampliação da rede depende deste movimento circular: ao mesmo tempo em que os mais pobres estão sempre em algum tipo de organização, grupo ou movimento coletivo (pois a reivindicação pelos direitos está sempre posta para esta parte renegada da população), outras camadas da população (classes médias, ativistas e intelectuais) unem-se aos movimentos a partir da lógica de compartilhamento presente nas práticas culturais da rede.



É a partir de vários momentos de trocas culturais, a partir da negociação e do conflito (interculturalidades) presente na rede, que depende sua expansão e complexificação. A rede, nesse sentido, só pode se ampliar se ela for capaz de abarcar os saberes diferentes, e promover trocas entre eles.

Considerações Finais: Políticas de Cultura e Políticas Culturais

Nas línguas latinas a palavra “política” não tem os mesmos significados que possuem na língua inglesa. Nesta língua, a diferenciação se dá quando se afirma dois termos distintos: *policy* e *politics*. No primeiro termo (*policy*), há uma relação direta com a administração e a regulação, no sentido de constituição de políticas públicas e da elaboração técnica de sua implementação. Nesta pesquisa, esta “política” está evidenciada em sua relação com o campo cultural, identificada com as políticas públicas, através do termo “políticas culturais”.

O segundo termo (*politics*) infere uma característica processual, ou seja, busca dar conta do “processo político, freqüentemente de caráter conflituoso no que diz à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição” (FREY, 1999, p. 4). Aqui esta “política” está evidenciada como “políticas de cultura”.

As políticas de cultura atuam para compreender e ressignificar os valores presentes na sociedade, buscando ampliar a arena da própria política, não submetida agora apenas ao sistema político. Nesse sentido, as políticas de cultura atuam na construção de novas legitimidades sociais⁸.

Este fenômeno de imbricação entre as duas dimensões – a das políticas de cultura e das políticas culturais – é evidenciado com freqüência no âmbito do Programa Cultura Viva, e ele tende a se aprofundar na medida em que se mantêm as trocas culturais entre os atores envolvidos no processo (Estado e movimentos socioculturais), fortalecendo os micro-espços públicos dos Pontos de Cultura, ou os macro-espços públicos das Teias e Encontros Regionais. Estes espços públicos são espços de criação de sentidos, de

⁸ Como apontam Jordan e Weedon, “A legitimação das relações sociais de desigualdade e a luta para transformá-las são preocupações centrais das políticas de cultura. As políticas de cultura determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, que grupos e indivíduos têm o poder de definir estes significados. As políticas de cultura também se preocupam com as subjetividades e a identidade, uma vez que a cultura desempenha um papel central na constituição do sentido de nós mesmos. (...) As formas de subjetividade que habitamos desempenham um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder. Além disso, para os grupos marginalizados ou oprimidos a construção de uma nova e resistente identidade é uma dimensão essencial de uma ampla luta política por transformar a sociedade.” (JORDAN; WEEDON, 1995, p. 5-6. Tradução do autor)



valorização da cultura e de convivência, conflito e cooperação com o outro, pois a cultura opera com valores.

São os valores que estão em jogo quando se constrói um bem cultural, através das linguagens, quando se escreve um projeto, ou quando se pensa em uma intervenção ou se projeta as visões de futuro. Trata-se de modificar ou afirmar valores.

Quais são os valores mobilizados por quem produz a cultura? Esta é uma pergunta de difícil resposta, porque os valores compõem o núcleo das relações de poder em que estão envoltas as dinâmicas culturais. Trata-se de seu movimento primeiro, transversal e comum a todas as suas manifestações sociais: faz parte da constituição de seu espaço.

La cultura —como campo de lucha entre diversas normas sociales, como producto de mercado, como cruce de estrategias locales, nacionales y transnacionales de acumulación, como intermediación intelectual o activista, como política de identidad, como ética inherente a los movimientos sociales, e inclusive como trascendencia de lo material en los registros estéticos más convencionales— es fundamentalmente un espacio recorrido por procesos de valoración. El valor en los procesos de producción, circulación, recepción, consumo, respuesta, intercambio, etc. es el balón que está en juego en las relaciones de poder, que a su vez se arraigan en factores de clase, raza, etnia, género, lugar geopolítico, y otras diferencias culturales. Hay que reconocer, pues, que lo que caracteriza hoy en día a los procesos sociales (políticos y culturales) es un conflicto de valores que afecta nuestros instrumentos analíticos y la producción del conocimiento. Hay, pues, una crisis de paradigmas no sólo en el conocimiento y el activismo, sino en la ubicación geopolítica de los modelos de análisis y de acción. (YÚDICE, 2002, p. 05)

A questão da reflexividade que envolve o Programa Cultura Viva não significa que o Estado ou o “governo” estariam direcionando as relações de força que atuam no interior do campo cultural brasileiro. Trata-se, em verdade, de um movimento histórico de reorganização das demandas político-culturais na sociedade brasileira, da qual o PCV faz parte, mas não é o único processo em curso. A Rede Cultura Viva, por exemplo, é hoje uma rede de redes, uma rede que envolve, rede de pesquisadores do Programa Cultura Viva, rede estadual de Pontos de cultura, rede de Pontos de Cultura de diferentes regiões brasileiras, entre várias outras redes possíveis.

O *modus operandi* do Programa Cultura Viva, interpretado agora como um dispositivo político-cultural em sua estrutura estruturada, se dá através das imbricações produtivas entre as políticas de cultura e as políticas culturais, atuantes nos níveis micro-políticos, reorganizando as estratégias deste sistema político-cultural. Como aponta Foucault,

É preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há



também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. (FOUCAULT, 1982, p. 249)

Assim, esta pesquisa apontou e propôs um modelo teórico e metodológico de análise do PCV como uma forma de compreender o seu *modus operandi* expansivo, e assim também compreender as dimensões que envolvem as políticas culturais na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYARDO, Rubens. Cultura & Desarrollo: Nuevos rumbos y más de lo mismo?. In: NUSBAUMER(org). **Teorias e Políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. O Programa Cultura Viva do MINC. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan.-abr. Fórum Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

_____. **Catálogo Cultura Viva**. Brasília, DF, 2009.

_____. Cultura Viva. www.cultura.gov.br/culturaviva/. Acesso em 20 de novembro de 2010.

FREY, Klaus. **Análise de políticas públicas**: Algumas reflexões conceituais e suas implicações para a sociedade brasileira. PPGSPI UFSC, Cadernos de Pesquisa, n° 18, Seteh, 1999

DAGNINO. Evelina. **Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva**. In: GRIMSON, Alejandro(org). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

_____.;ALVAREZ, S. & ESCOBAR, A. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975 - 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular? In:**Comunicación y culturas populares em Latinoamérica**. México: Gili, 1984



HOPENHAYN, Martin. ¿Integrarse o subordinarse? Nuevos cruces entre política y cultura. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 17-40. Disponível em <

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/Hopenhayn.rtf>>

JORDAN, Glenn.; WEEDON, Chris. **Cultural politics: class, gender, race and postmodern world**. Oxford: Blackwell, 1995

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política & Sociedade**, Santa Catarina: n.03, out. 2003.

RESENDE, Fernando. **A comunicação social e o espaço público contemporâneo**. In: Alceu, v.5 - n.10 - p. 129 a 145 - jan./jun. 2005.

TURINO, Célio. Por uma Cultura viva desescondendo o Brasil profundo. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan.-abr. Fórum Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

VINCENT, Robin. What do we do with Culture? Engaging culture in development. In: **Exchange Findings**, n.3, march.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: **Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”**, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

YÚDICE, George. Contrapunteo estadounidense/latinoamericano de los estudios culturales. In: MATO, Daniel(org) . **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder..** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Caracas, Venezuela. 2002.